

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 777

Data: 01.10.83

Pg.: \_\_\_\_\_

# O governo radicaliza para cassar Juruna

Da sucursal de  
BRASÍLIA

As declarações de ontem do chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Octávio Resende, de que o Exército espera a cassação do mandato do deputado Mário Juruna, seguidas às do porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, anteontem, no mesmo sentido, caracterizam a deflagração formal das hostilidades entre o Executivo e o Legislativo. O general, sóbrio e comedido, não escondeu falar em nome do ministro Walter Pires. O diplomata, descuidado e prepotente, nem precisava acentuar que falava pelo presidente João Figueiredo. Ambos apenas referendaram a ladainha de ofícios assinados por todos os ministros e dirigidos ao presidente da Câmara, Flávio Marcílio, nos últimos quatro dias, mas a iniciativa de convocarem a imprensa não deixa dúvidas. O governo não admite outra solução que a degola do cacique, mas, no gesto inusitado, vai muito mais. Se não é contra a instituição parlamentar que a guerra acaba de ser declarada, será pelo menos contra a Câmara e sua postura rebelde, dissidente e investigatória das semanas recentes.

Flávio Marcílio já declarou, nas últimas horas, que não decidirá sob pressão, embora negando que ela exista. Será negar o inegável, a partir de agora, sabendo-se que todo o Ministério forma na primeira linha do cadafalso onde se pretende sacrificar o "aculturado exótico", mas, na verdade, é o governo que tenta intimidar o Poder Legislativo.

A crise está deflagrada porque nem a Mesa da Câmara, reunida segunda-feira, aceitará a cassação — optando por advertir ou até suspender por 15 dias o mandato do deputado Mário Juruna —, nem o plenário, mais tarde, se a isso for chamado. É sempre bom não esquecer que as recentes atitudes de independência da Casa são resultantes da maioria oposicionista somada à dissidência do PDS.

Configura-se não só a pressão do Executivo sobre o Legislativo. Está estabelecido o confronto em torno de um assunto menor do que aqueles que vêm, há semanas, dividindo os dois poderes. O caso Juruna, gota d'água, segue-se à recusa da Câmara em aprovar o Decreto-Lei nº 2.024, as previsões de que recusará o Decreto-Lei nº 2.045 e, em especial, o amplo debate havido a respeito de corrupção e de escândalos praticados no Executivo, movimentando as comissões e os plenários parlamentares. Diante disso é que o governo reage, mas matreiramente, fazendo de um episódio grotesco, menor e irrelevante, o cerne de toda a questão. Porque, nessa história, interessa cada vez menos o cacique. Ele não poderia, é óbvio, falar o que falou, chamando todos os ministros de ladrões, entre tantas outras barbaridades perpetradas anteriormente. É deputado, devendo enquadrar-se nos regimentos e regulamentos congressuais, tanto quanto na Constituição e nas leis. Mas, acima e além da lei, existe alguma coisa chamada bom senso. Se Mário Juruna carece dele, o mesmo não poderia acontecer com o governo, composto de luminares, professores de Direito, chefes militares e expressões maiores do meio social.

Qual será a reação do governo quando, em poucas horas ou, no máximo, semanas, a Mesa ou o Plenário da Câmara recusarem a cassação do deputado? Carlos Átila, dentro de seu destempero, falou mais, há dois dias. Disse que a Câmara necessita dar dignidade à função pública, colocando um parapeito no tipo de comportamento do deputado. Mais ainda, que não se transaciona com a dignidade, que não constitui moeda de barganha. O Palácio do Planalto não admite retirar os pedidos de cassação de Juruna nem sequer em troca da aprovação do Decreto-Lei nº 2.045, alternativa, aliás, jamais posta por alguém.

Há quem estabeleça paralelos entre a situação atual e os acontecimentos do segundo semestre de 1968. Naquele tempo, foi também um discurso desimportante de um parlamentar que gerou toda a crise afinal cristalizada no Ato Institucional nº 5. Márcio Moreira Alves, representante do Rio de Janeiro, conclamou as donzelas a não dançarem com os jovens tenentes e cadetes, nos bailes comemorativos da Independência, bem como o povo a não comparecer às ruas para assistir aos desfiles de 7 de Setembro, tudo em represália ao fato de "os militares serem ditadores". Uma bobagem, num dia infeliz do jovem oposicionista, mas 48 horas depois a íntegra de seu pronunciamento circulava em todos os quartéis do País, entre observações de que o Legislativo contestava a Revolução. Os três ministros militares pediram a punição do orador, mesmo sabendo que vigorava o princípio da inviolabilidade parlamentar. A Câmara negou licença para que ele fosse processado e, a 13 de dezembro, o País amanheceu sob ditadura declarada, que durou dez anos.

A conjuntura é outra, os personagens, mais ou menos, mas o que desejaria o Palácio do Planalto ao exigir do Congresso uma cassação que não pode mais determinar? Fazendo justiça, não deve estar querendo o golpe, ao menos até prova em contrário. Ter lavada a honra do Ministério, de resto nem atingida pelo tacape e a borduna do "aculturado exótico", precisamente por ser quem é? Colocar o Legislativo na defensiva e acualo para que cesse a campanha de levantamento de escândalos e corrupção, bem como, intimidado, acabe aprovando o Decreto-Lei nº 2.045? Ou estaria em marcha uma espécie de reviravolta no processo sucessório, quem sabe com a intenção não declarada do general João Figueiredo de fazer-se suceder pelo general Walter Pires? Para que isso acontecesse, seria preciso elevar a temperatura; mas não é precisamente o que se verifica?

Há apreensão, mais do que preocupação, no Congresso. Os líderes do próprio governo reconhecem as dificuldades para atender à determinação oficial. Primeiro, porque as oposições têm maioria e decidirão contra a cassação. Depois, porque no PDS pelo menos a metade das bancadas se encontra em pé de guerra, rebelada e dissidente, sequiosa de proporcionar mais derrotas ao Executivo. Finalmente, porque a época das cassações por delito de opinião parece não haver passado...

C.C.